
A OPÇÃO EUROPEIA DO PORTUGAL ATLÂNTICO

Virgílio de Carvalho

A OPÇÃO EUROPEIA DO PORTUGAL ATLÂNTICO

Segundo o professor brasileiro Everardo Backheuser, «a Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas». Porque assim é, e porque estas condições, favoráveis ou desfavoráveis, se mantêm ao longo dos tempos, não só contribuem para conferir um certo grau de persistência aos objectivos políticos dos países e às estratégias para os realizar, como acabam por modelar de algum modo os comportamentos dos povos. Por isso, teorias geopolíticas que têm sido formuladas por ilustres investigadores com base no relacionamento da História com a Geografia constituem auxiliares preciosos para tentar entender acontecimentos, para prever iniciativas e reacções, para explicar comportamentos de países em determinadas situações, e para formular políticas e estratégias.

Para o professor norte-americano Spykman, «a Geopolítica é a política de segurança nacional dos países em termos dos respectivos factores geográficos». A ser entendido assim, quando especulando em termos geopolíticos, um cidadão deve então fazê-lo acima de tudo com o propósito de prever riscos e ameaças, e de formular estratégias visando a preservação da liberdade de acção do seu país e a defesa dos seus cidadãos e património. Quer isto dizer que, de acordo com a definição de Spykman, as especulações geopolíticas eventualmente baseadas em percepções de antagonistas dos seus países serão apenas compreensíveis ou aceitáveis num posicionamento de advogado do diabo, para funcionarem como alerta. Foi certamente esse o caso do geógrafo inglês Mackinder, que levou uma vida inteira a clamar que o desenvolvimento da potência hegemónica do «Heartland», se fosse acompanhado de um desenvolvimento decidido de poder naval, criaria um desafio imparável ao mundo marítimo, para, já perto do fim da sua existência e da Segunda Guerra Mundial, aparecer a afirmar que aquela potência poderia mesmo assim ser contida nos seus limites geográficos, se a América do Norte e a Europa Ocidental fossem capazes de associar os seus potenciais estratégicos, transformando o Atlântico Norte num elo de união íntima entre ambas.

Mackinder lançou assim a ideia da NATO, que nasceu efectivamente poucos anos depois. No pensamento de Mackinder estaria a convicção de que a Europa, que ele ainda teve tempo de ver amputada da sua parte Leste pela ofensiva final da actual potência continental no final da guerra de 1939-45, não teria potencial estratégico suficiente para poder opor-se à tentação hegemónica desta; e que os próprios EUA, sem a Europa, não teriam capacidade, só por si, para deter a expansão da influência soviética no Mundo.

A OPÇÃO ATLÂNTICA DE PORTUGAL

Os geostrategistas da independência e da viabilização e sobrevivência do Reino de Portugal aplicaram, muitos séculos antes, um esquema em tudo semelhante ao de Mackinder para dar a Portugal suficiente potencial estratégico para resistir à pressão continental hegemónica de Castela. Assim, procederam ao aumento da maritimidade do território inicial, primeiramente na Península Ibérica até lhe adicionarem o cobiçado porto de Lisboa e o decisivo Algarve, e depois projectaram o resultado conseguido para os arquipélagos da Madeira e dos Açores, passando ainda primeiro pela ocupação cautelar de Ceuta para barrar a saída de mediterrânicos para o Atlântico. Deste modo, os geostrategistas portugueses, agregando dois arquipélagos atlânticos à estreita faixa atlântica ibérica que se fizera quase-ilha para fins de desenvolvimento e de segurança, realizaram num País quase-arquipelágico euro-atlântico vivendo para fora da Península, ou «desiberizado», e com potencial estratégico que se revelou suficiente para se opor eficazmente aos históricos desígnios integracionistas de Castela.

Em termos geopolíticos, os Portugueses exploraram a única fronteira desimpedida de que dispunham, a marítima, para serem donos dos seus próprios destinos. Segundo Stefan Zweig («Fernão de Magalhães»), «Portugal encosta-se às terras fronteiriças da Espanha... somente por mar podia dilatar-se país tão pequeno e tão pobre...». Depois, com a capacidade marítima que conseguiram criar com portentoso desenvolvimento científico e tecnológico, puderam aventurar-se a ir muito mais longe, curto-circuitando a poderosa Veneza pela Rota do Cabo, descobrindo e estruturando o colosso Brasil, e montando um vasto Império marítimo, o qual, depois da chegada à Índia, levou menos de 25 anos ao genial Albuquerque a completar, até quase aos mares da China. Por tudo isto é que é impensável, por exemplo,

que o mar português possa ser algum dia objecto de direitos históricos de qualquer outro país, principalmente da vizinha Espanha.

Tal Império era no entanto demasiado grande para um povo demasiado pequeno em termos demográficos, e o inevitável retrocesso foi acontecendo ao longo dos séculos. E, como aconteceu sempre que Portugal teve de fazer um recuo na sua História, tem de enfrentar agora uma crise de viabilidade, a qual pode ser a maior de todas, uma vez que não há mais Índias, Brasis, ou Áfricas.

DESAFIOS ACTUAIS À VIABILIDADE DE PORTUGAL

Regressado em 1974 à sua base euro-atlântica de partida, Portugal enfrenta porventura agora, efectivamente, uma das suas maiores crises. O caso é que, para além de o conjunto territorial actual do País ter provavelmente a expressão mínima, ou nuclear, que lhe assegura ainda a viabilidade, esta mesma viabilidade tende a ser dificultada por vários novos desafios cuja gestão se afigura de extrema delicadeza e dificuldade. São eles, entre outros: a novidade da opção europeia; a circunstância de se encontrar pela primeira vez com a envolvente Espanha em dois projectos, a CEE e a NATO, em condições desfavoráveis de pronunciado desnível económico e de profunda crise psicológica; o facto de a potência marítima ter também pela primeira vez um tratado bilateral de defesa com a Espanha (à qual fornece maior ajuda para o reequipamento militar que a Portugal, e onde tem quatro bases militares); a circunstância de estrategistas da mesma potência marítima tenderem a considerar o arquipélago dos Açores como uma peça importante da defesa do Ocidente e da sua própria; e o desafio dos regionalismos.

A OPÇÃO EUROPEIA DE PORTUGAL

Portugal, ao procurar agora na Europa da CEE condições de desenvolvimento necessárias à sua viabilidade, arrisca-se entretanto a ter de enfrentar problemas de liberdade de acção, designadamente os inerentes à inevitável interposição física da Espanha, que procurou evitar ao longo de séculos com a sua clássica opção atlântica de sobrevivência.

Os riscos em questão podem perfeitamente avaliar-se das próprias afirmações do actual Ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, proferidas

em vésperas da Cimeira Ibérica de 1983 — «a reconversão histórica de Portugal passa pela continentalidade, pela integração na Comunidade [Europeia] e, sem dúvida, pela Espanha, salvo num caso e num perigo: que Portugal escolha de novo o arco butante atlântico, que Portugal, como fez desde Aljubarrota aos tratados de Windsor, procure converter-se no arco butante da base de desembarque de uma potência marítima... rompendo todos os equilíbrios da Península Ibérica...; mas existe outra opção, que é a de [Portugal] se enfeudar aos EUA e à Aliança Atlântica...»

Para os objectivos do presente estudo o que interessa principalmente concluir das afirmações em questão é que, para Portugal se dirigir à Europa nas condições desfavoráveis descritas, sem deixar pelo caminho muito da sua liberdade de acção, do seu poder negocial, e da sua individualidade, terá que fazê-lo na sua condição geopolítica de País euro-atlântico quase-arquipelágico, isto é:

- com todas as suas parcelas, dada a natureza «nuclear» do seu conjunto territorial, conforme atrás referido;
- mantendo e privilegiando alternativas marítimas eficazes a sistemas terrestres europeus de transportes e de abastecimento de hidrocarbonetos;
- procurando tirar partido da sua situação geográfica e de condições naturais de portos seus para fins de «transshipment»;
- não renegando a sua opção atlântica de segurança, conservando a sua clássica ligação com a potência marítima (hoje os EUA e a NATO) e procurando no estreitamento de laços económicos com potências extra-europeias (mormente com países do mundo que fala português) a diversificação de relações e de dependências indispensável a uma liberdade de acção suficiente.

Trata-se realmente de avançar por um caminho mal conhecido, pelo que convirá manter em aberto a clássica opção atlântica de segurança nacional, o que, aliás, parece susceptível de contribuir para aumentar o poder negocial de Portugal, tanto num sentido, como no outro. E isto porque: a própria Europa há-de acabar por reconhecer as virtualidades da posição euro-atlântica portuguesa como elemento chave da indispensável componente atlântica da sua defesa; a potência marítima poderá ter de contar com a eventual disponibilidade de Portugal como «elo vital» da solidariedade entre

a América do Norte e a Europa Ocidental sem a qual todo o Ocidente corre o risco de sossobrar perante o crescente potencial estratégico do Leste; e o Mundo que fala português e a CEE poderão beneficiar da experiência portuguesa.

A ESPANHA E A COMPLEMENTARIDADE EURO-AFRICANA

A especial geografia da Espanha parece de molde a prenunciar comportamentos geopolíticos da sua parte susceptíveis de poderem fazer passar Portugal por mero apêndice geográfico seu na Europa. E isto, a não ser evitado, acarreta o grave risco de poder levar ao enfraquecimento da solidariedade entre o Continente e os Arquipélagos da Madeira e dos Açores, a qual se tem mostrado particularmente sensível a erupções de iberismo, conforme aconteceu ainda no reinado de D. Carlos como reacção a uma habilidade dinástica visando a unificação da Península.

O caso é que a Geografia aponta para uma procura de ligação mais íntima da Europa com o Continente Africano através do Mediterrâneo, numa perspectiva de complementaridade interessante para ambas as margens quanto a desenvolvimento e a liberdade de acção relativamente aos dois grandes Blocos. Daí, certamente, as relações especiais já existentes entre a CEE e países norte-africanos, e as dificuldades postas à concorrencial Espanha (e também ao «apêndice geográfico» Portugal) para o seu ingresso na Comunidade.

A Espanha dispõe no entanto de valiosos trunfos geoestratégicos como país mediterrânico, não apenas pela vastidão da sua fachada sul, e pelo arquipélago das Baleares, mas principalmente pela sua posição privilegiada sobre o Estreito de Gibraltar, onde os continentes europeu e africano quase se tocam, tornando naturalmente tentador o estabelecimento através dele de ligações rodoviárias e ferroviárias, e também para abastecimento de hidrocarbonetos. E, sendo assim, Madrid poderá aspirar a tornar-se em futuro próximo num pólo obrigatório de comunicações terrestres euro-africanas, e a Espanha tenderá a ser definitivamente atraída para uma Europa onde possam apresentar-se-lhe condições muito favoráveis para afirmação geopolítica. Nessas circunstâncias, poderá ser difícil a Portugal conseguir ligações terrestres directas para a fronteira franco-espanhola, o

que lhe seria muito conveniente em termos económicos e de liberdade de acção.

A hipótese aventada aponta ainda para que os próprios problemas de Gibraltar e de Ceuta possam um dia evoluir para onde eventualmente converjam interesses espanhóis, marroquinos, euro-africanos, e até mesmo ocidentais.

A dar-se a adesão da Espanha a um tal projecto geopolítico euro-africano, a concepção quase-arquipelágica euro-atlântica de Portugal poderá aumentar

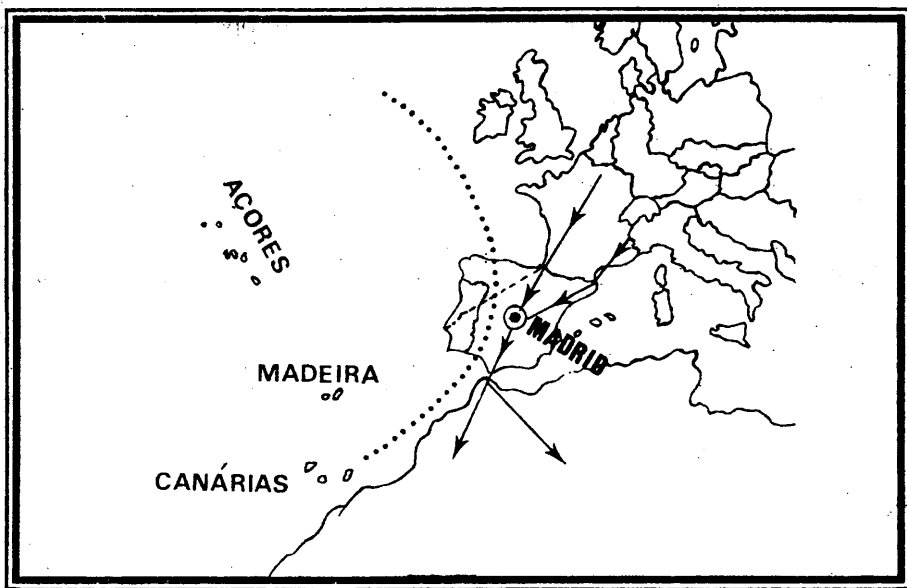


Figura 1

de interesse em termos de segurança ocidental, como atrás se acentuou. Por outro lado, a propensão espanhola para se manter desligada da estrutura militar da NATO poderá tender a radicar-se, contribuindo para mostrar a estrategistas norte-americanos as razões por que Portugal tem condições naturais para ser historicamente o aliado mais seguro da potência marítima na região, e por que motivos poderão não ser do seu verdadeiro interesse conceitos globalistas de espaço ibérico, como bem o entenderam os seus antecessores britânicos.

POR UMA «EUROPA DAS PÁTRIAS» ATLÂNTICA

Impõe-se entretanto fazer um imprescindível ponto de situação.

Em primeiro lugar salienta-se que o que foi referido aponta para a existência de duas vocações geoestratégicas distintas na Península, circunstância a que tanto geoestrategistas europeus, como norte-americanos, deverão estar atentos: a da Espanha como elo de ligação da Europa ao Norte de África, numa perspectiva de concretização duma complementaridade de interesses transmediterrânicos; e a de Portugal, como ligação entre a América do Norte e a Europa Ocidental, numa perspectiva de segurança ocidental, em que se tem como ponto assente — em conformidade com o pensamento de Mackinder, que as realidades essenciais e a História actual comprovam — que a segurança das duas é indissociável, e constitui o próprio núcleo da segurança do Mundo Livre.

Em segundo lugar, manda a prudência, que deve ser uma constante do comportamento geopolítico dum País secularmente inseguro, que Portugal se pronuncie e se bata por uma «Europa das Pátrias» como fase intermédia indispensável à avaliação das possibilidades concretas de viabilidade doutro conceito qualquer de Europa. E, porque deve efectivamente ser assim, a Portugal convirá acercar-se da CEE geopoliticamente esclarecido, atento, e arquipelagicamente coeso. Manda a mesma prudência não esquecer que a Portugal não convém uma Europa que pretenda dissociar a sua defesa militar da do continente norte-americano, não apenas pelos motivos já apontados, mas também porque daí poderiam surgir sérios problemas quanto ao posicionamento geopolítico dos Açores, uma vez que, dada a grande importância geoestratégica do arquipélago, pode situar-se entre ele e a Península uma linha de fractura possível do Mundo Euro-Americano.

Quanto aos regionalismos, insulares e continentais, respeitáveis para a dignificação e para o bem-estar das populações, impõe-se-lhes contudo que se afirmem no quadro da filosofia arquipelágica de segurança nacional, e na referida perspectiva de «Europa das Pátrias», filosofia e perspectiva que, aliás, convinha que figurassem entre as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Note-se que a Europa está sendo feita por países, e que a descontinuidade territorial de Portugal, a ausência de fronteiras naturais na Península, e a existência de pólos de atracção externos impõem aos portugueses um equilíbrio prudente entre as forças centrífugas regionais e a força centrípeta nacional. Segundo o professor J. Borges de Macedo

(Seminário «Transportes Exteriores e Liberdade de Acção de Portugal», no Instituto da Defesa Nacional, em 22OUT84) retirar poder a Lisboa facilita as relações das regiões com o exterior, e esbate Portugal. Doutro modo, no mínimo, poderão produzir-se enfraquecimentos da imagem de coesão e do poder negocial do País todo. A este propósito importa ainda referir que a adesão à CEE não obsteu a que, em Roma, no coração duma Itália também ela feita de colagens territoriais, se conserve acesa a «chama da pátria» no monumento a Victor Emanuel II, guardada noite e dia por dois garbosos soldados.

Ainda quanto à proposta para a aproximação de Portugal à CEE dever ser feita na sua condição quase-arquipelágica, salienta-se que já há ilhas na Comunidade (como a Irlanda e a Inglaterra), que a Grécia não tem outras fronteiras com ela além da marítima e da aérea (e tem na sua Marinha de Comércio um dos sustentáculos da sua economia), e que o mesmo poderá vir um dia a dizer-se de uma Noruega que adira à Comunidade. Uma aproximação quase-arquipelágica a uma «Europa das Pátrias» significa também que o sistema de transportes exteriores de Portugal deva escalonar os diferentes modos em função dos seus méritos relativos, não apenas quanto à economia, mas também quanto à liberdade de acção que prometem. E, sendo assim, certamente que o transporte marítimo continuará a merecer atenção muito especial.

A ESPANHA E A ESTRUTURA MILITAR DA NATO

A hipótese de ingresso da Espanha na estrutura militar da NATO também é susceptível de levantar a Portugal alguns problemas de soberania, de risco para a coesão interterritorial, e de quebra de poder negocial. O caso é que, em princípio, há que ter em atenção que defensores da corrente castelhana de pensamento geopolítico possam ser tentados a aproveitar a Aliança Atlântica para conseguir alguma forma de controlo operacional sobre Gibraltar e sobre o espaço geoestratégico de Portugal, para fins de afirmação política e de aumento do poder negocial do seu país simultaneamente nas Comunidades Atlântica e Europeia. Se assim for, tenderão possivelmente a conceber um «espaço ibérico» abarcando a Península e os arquipélagos das Baleares, das Canárias e da Madeira, e até o dos Açores, e a propor um comando militar unificado para esse espaço, a pretexto de retaguardas de resistência militar ou de apoios logísticos a frentes europeias

numa eventual guerra Leste-Oeste, ou também de uma hipotética ameaça à Península e às Ilhas Atlânticas a partir do Noroeste Africano. O Plano Estratégico Conjunto referido no «El País» de 20-5-84 e 4-11-84 (fig. 2) parece apontar para tal.

A estes propósitos há que salientar que o que parece mais provável é que a tensão Leste-Oeste tenda a permanecer nos limites prudentes da

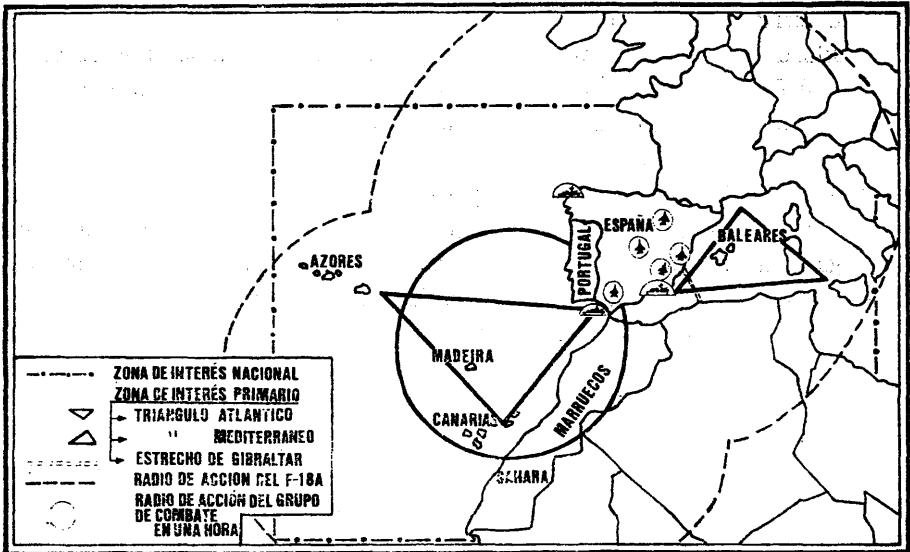


Figura 2

estratégia indirecta, no que as próprias superpotências estão certamente interessadas para evitarem escaladas de violência entre si que poderiam descambar num holocausto nuclear que não deixaria vencidos nem vencedores, cenário este em que um comando unificado ibérico não tem sentido. A tensão Leste-Oeste tende a permanecer uma guerra psicológica e de vontades, a disputar sem um tiro entre aquelas potências, para o que a solidariedade atlântica concorre como uma componente decisiva da dissuasão e da paz. E, neste cenário, o que convirá é não exacerbar problemas evitáveis entre aliados.

O futuro de Portugal não pode estar à mercê de hipóteses de consistência duvidosa, nem o País pode ser prejudicado por uma aliança que tanto precisa do seu contributo. Por tudo o referido é que tem vindo a propor-se,

desde há alguns anos, que as responsabilidades de comando operacional na região, no caso do conveniente e esperado ingresso da Espanha na estrutura militar da NATO, sejam divididas entre os dois países vizinhos, tendo no devido respeito as vocações geoestratégicas dos respectivos conjuntos territoriais, e não a sua presente correlação de poder militar. Por isso se tem defendido que Portugal se pronuncie por um Conceito de Defesa Militar e por um aparelho militar prioritariamente adequados ao exercício de soberania no seu território e no respectivo espaço aeromarítimo interterritorial para tranquilizar a Aliança quanto à segurança nele; e por isso se entende ainda que a NATO trabalharia melhor no sentido de preservar o bom entendimento entre Portugal e a Espanha e, por tabela, a solidariedade atlântica, se apoiasse efectivamente o reequipamento das Forças Armadas portuguesas em conformidade. Tal repartição de responsabilidades, tem-se acentuado com frequência, corresponde inclusivamente a duas funções distintas possíveis na região: uma relacionada com o socorro norte-americano à Europa em caso de guerra, para o qual o quase-arquipélago português apresenta vocação específica comprovada nas duas primeiras guerras mundiais (em que não foi necessário recorrer a território espanhol para o efeito); outra ao longo do importante eixo Baleares-Estreito-Canárias, conforme figura n.º 3 transcrita da conferência do autor publicada na edição de JAN/MAR de 1980 da «Nação e Defesa». Esta solução tem a virtude de respeitar a noção de nuclearidade do conjunto territorial português que justifica o conceito quase-arquipelágico (conceito este que não pode ter qualquer paralelo no caso espanhol, uma vez que ninguém imagina que a Espanha, ao contrário de Portugal, pudesse correr risco grave no caso de perder qualquer um, ou ambos os seus arquipélagos). É pelas razões expostas que se considera como correcta a inserção de todo o conjunto territorial português na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico (o SACLANT, que tem por responsabilidade principal o socorro militar à Europa em caso de guerra) e não na área do Comando Supremo Aliado da Europa (SACEUR). Por essa mesma razão se tem de insistir em chamar a atenção para o grave inconveniente da inclusão dos Açores num comando operacional da NATO com sede nos EUA (WESTLANT), e não no IBERLANT, com sede em Portugal, onde se encontram a Madeira e o Continente. É uma situação desconfortável, que não respeita a imagem arquipelágica e coesa de Portugal, e inconveniente por se prestar a exploração política por adversários da NATO, pois o mesmo seccionamento do espaço estratégico português tem sido também

considerado em versões do tratado bilateral de defesa entre os EUA e a Espanha, através da definição de áreas de interesse estratégico destes países.

Quanto a uma ameaça a partir do Noroeste Africano, haverá a salientar que a NATO constituiria a melhor dissuasão e a melhor defesa contra tal hipótese, e que a Portugal, e certamente também ao Ocidente, não convêm «gendarmes» na região, mas antes um relacionamento equilibrado e sereno entre os três países da chamada Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA)

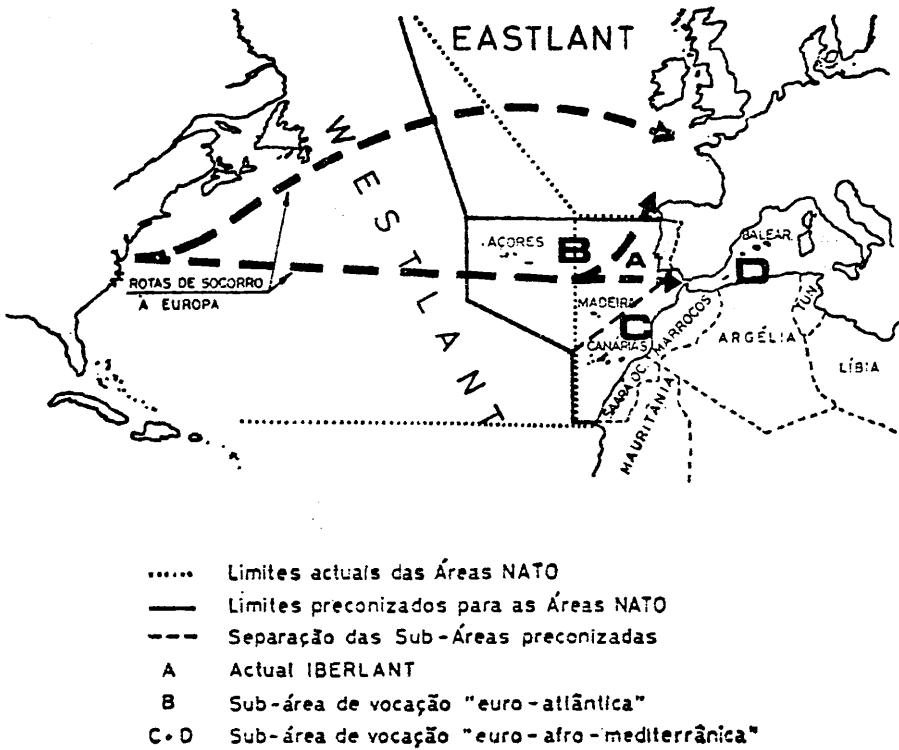


Figura 3

— Portugal, Espanha e Marrocos. Por isso pareceriam inconvenientes esquemas de cooperação estratégica que excluíssem qualquer deles.

Além do mais, a especial geografia de Portugal aconselha a inserir relações militares, e também económicas, com o forte país vizinho em ambiente multilateral, para preservar a sua liberdade de acção.

O MUNDO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O BRASIL

Do exposto infere-se que a questão da viabilidade de Portugal, historicamente difícil, tende a conhecer horas particularmente críticas, o que deve constituir uma séria preocupação, não apenas para os seus cidadãos, mas também para os dos países que falam português. Portugal legou a estes países, para além duma base territorial viável, uma língua e um carácter que são factores das suas identidade, coesão e integridade territorial. A mera participação geoestratégica de Portugal na Aliança Atlântica, pelas razões que atrás se referem, contribui decisivamente para a eficácia da dissuasão e para a paz mundial. E, deste empenhamento de Portugal em coerência com o significado da sua posição geoestratégica e com a defesa dos valores que espalhou pela Terra, e de que decorrem para si os riscos a que se aludiu, beneficiam afinal todos os países do Mundo Livre, alinhados ou não.

Portugal é assim um património histórico, cultural e de segurança do Mundo Ocidental e, particularmente, do Mundo que fala português. Por outro lado, parece lógico que todos os países que falam a língua de Camões pudessem lucrar em termos de potencial estratégico, ou seja, de segurança e de poder negocial, se conseguissem alguma forma de entendimento susceptível de tirar partido das raízes que os identificam, do idioma à miscigenação, do carácter à filosofia de vida.

Em princípio, não se pode deixar de pensar no gigante Brasil como a maior esperança da viabilidade de uma possível comunidade de países de língua portuguesa com potencialidades promissoras. Efectivamente, o Brasil, para além de ter condições básicas para se tornar numa grande potência — entre elas a sua dimensão continental, o seu potencial demográfico e a vastidão de recursos naturais que se lhe adivinham — dispõe duma matriz lusitana que decorre de séculos de passado em comum com Portugal e da circunstância de cerca de 70% da sua população de mais de 120 milhões ser constituída por portugueses e seus descendentes.

Como alguns Estados favorecidos por grandes áreas terrestres contínuas, e fácil acesso aos oceanos, o Brasil exhibe, simultaneamente, características inequívocas de continentalidade e maritimidade (Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, em «Política e Estratégia» de OUT/DEZ de 83). Por outro lado, em «A Defesa Nacional» de JAN/FEV de 84, o coronel brasileiro Octávio Tosta considera que «o Brasil, graças às dimensões das suas fronteiras marítimas, é o maior condómino do Atlântico; o estrangulamento de 1800 milhas,

existente entre Natal e Dakar, poderá atribuir-lhe co-responsabilidade no controlo das ligações entre os dois Atlânticos, cuja navegação é vital à sua sobrevivência económica».

O desenvolvimento tem sido naturalmente a prioridade das prioridades da estratégia nacional do Brasil, o que se compreende perfeitamente num País cujo Poder Nacional ainda estará longe de corresponder às potencialidades que se lhe adivinham, e também porque o mesmo desenvolvimento é uma condição essencial de segurança e de democracia. Por isso, o Brasil tem vivido naturalmente mais voltado para a sua continentalidade. Mas, quando a sua participação na defesa dos interesses do Mundo Livre lhe pareceu indispensável, o Brasil não recuou, como aconteceu na última guerra mundial, inclusivamente em parte do Atlântico Norte onde, em profícua cooperação com a Marinha dos EUA, contribuiu para a vitória aliada na decisiva Batalha do Atlântico, na referida região do eixo Natal-Dakar.

À medida que o desenvolvimento do potencial estratégico do Brasil lhe for criando a necessidade de aumentar a sua influência no plano externo, parece natural que possa atentar melhor no interesse que tem para si próprio a participação de Portugal na Aliança Atlântica, por motivos que se prendem com a preservação da paz mundial, e na Comunidade Europeia, porque esta é já o seu maior parceiro comercial. Também parece natural que o Brasil comece a preocupar-se com o futuro dos traços comuns susceptíveis de possibilitar solidariedade entre os países que falam a mesma língua que a sua, e com as vicissitudes por que Portugal pode vir a passar na NATO e na CEE. Parece ainda natural que procure melhorar a sua capacidade de projecção externa por via do desenvolvimento de poder marítimo e, conseqüentemente, de poder naval.

Por outro lado, uma hipotética comunidade, tácita ou formal, dos países que falam português, não terá porventura possibilidades de concretização e de sobrevivência num mundo altamente competitivo e agressivo, se não tiver no seu seio uma grande potência capaz de congrega solidariedades entre países irmãos e de contribuir para que eles não sejam atraídos por outras. Essa grande potência pode vir a ser o Brasil, sendo de esperar, nesse caso, que possa um dia funcionar para os outros, principalmente para os simultaneamente mais cobiçados e mais inseguros, como a sua «Potência marítima» protectora para os problemas de âmbito regional que os possam afligir, designadamente no domínio de ofensivas contra a sua língua e identidade cultural.

Seja como for, parece pelo menos razoável que Portugal e o Brasil pudessem começar quanto antes a confrontar percepções e experiências, o que poderia estender-se a outros países de língua Portuguesa que o desejassem, visando uma aproximação e concertação de estratégias no domínio duma cooperação multilateral que a todos possa beneficiar.

A comunidade espiritual dos países que falam português é um factor de força do seu potencial estratégico e um refúgio de segurança para todos. Por isso lhes deverá interessar preservar as bases em que ela assenta, e evitar concorrências que a possam minar. E, de momento, a maior responsabilidade quanto a essa preservação cabe certamente a Portugal e ao Brasil.

Novembro de 1984.

Virgílio de Carvalho
Capitão-de-mar-e-guerra